



PSD p.6

“Melhorar o SNS, torná-lo mais forte e sustentável”



Parlamento p.11

Eliminar as discrepâncias salariais entre homens e mulheres

# POVO LIVRE



n.º 1959  
8 de março de 2017

Diretor: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
n.º 105690 - Propriedade: PSD

## PROMOVER A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES



PSD Pedro Passos Coelho esteve num jantar das Mulheres Social Democratas de Oliveira de Azeméis



Jantar com 500 mulheres social-democratas em Oliveira de Azeméis

## Promover a igualdade de oportunidades

No PSD não há uma visão igualitária. “Faz uma diferença grande dizer que combatemos as discriminações negativas e nesse sentido desejamos ser tratados em igualdade de oportunidade e ser igualmente respeitados aos olhos da lei independentemente da nossa condição social, género e classe. Isso é muito diferente de dizer que não apreciamos as diferenças, que queremos viver numa sociedade igualitária. Não o queremos, nem que as pessoas sejam todas iguais. Sabemos valorizar as diferenças, entre as mulheres e entre os homens. Todos somos diferentes. Ainda persiste, no Portugal de 2017, discriminações negativas e desigualdades que não consideramos aceitáveis e que afetam de forma particular as mulheres”, declarou Pedro Passos Coelho num jantar dedicado ao Dia Internacional da Mulher, em Oliveira de Azeméis, 4 de março.

Quando o Partido Social Democrata esteve no Governo, teve uma agenda importante para promover uma maior igualdade de oportunidades, para evitar que existam vítimas de processos discriminatórios, que envolvam violência doméstica, mas há muito a fazer para evitar que existam tantas diferenças não justificáveis, nomeadamente no que diz respeito ao tratamento salarial de que são vítimas as mulheres.

O PSD acaba de apresentar um projeto de lei que visa continuar a dar um enfoque à necessidade de se aprofundar as razões por que persistem as desigualdades e expor de forma mais transparente o que são as desigualdades.

“Quando estávamos no Governo, apresentámos pela primeira vez, em sede de concertação social, o resultado do que é a participação nos vários setores do que distingue mulheres e homens. A maior parte ficou surpreendida pelas diferenças salariais por homens e mulheres que prestam trabalho equivalente”, afirmou o presidente do PSD. “Se considerarmos o todo da UE, estamos na média. Parece-nos que é uma situação que deve ser combatida porque não deve haver nenhuma razão que pessoas igualmente competentes e com as mesmas tarefas sejam discriminadas salarialmente”.

O PSD espera suscitar uma adesão de todo o par-



lamento para que cada empresa possa tornar públicas essas diferenças de modo a que possam ser combatidas, porque não são admissíveis. Foi mais um contributo do Partido Social Democrata para combater as discriminações de que são vítimas as mulheres.

“Não queremos uma sociedade igualitária, não faz parte do nosso projeto. Queremos que as pessoas possam escolher o seu projeto de vida, possam olhar para o futuro, fazer as suas escolhas. É isso que chamamos a nossa conceção de viver em democracia e liberdade. Cada um de nós deve ter direito a poder fazer escolhas

tão livres quanto possível. Faz parte da liberdade ter diferença e pluralidade”, afirmou.

Ainda persistem desigualdades de natureza económica, social e cultural que não são admissíveis numa sociedade moderna e democrática. Portugal é um dos países mais desiguais na União Europeia.

“Como combater as desigualdades que não são toleráveis: apostando numa sociedade civil que possa ser forte, pujante, que tenha iniciativa, que se mova por valores como a solidariedade e que consinta uma

independências das pessoas, famílias e organizações. Que permita escolher com mais liberdade”, ressaltou.

## Portugal podia estar a crescer mais

“Precisamos que o Estado cumpra o seu papel. Que as políticas públicas ajudem a corrigir e possam prevenir algumas desigualdades que se mantêm e que não são aceitáveis nem agora, nem no futuro”, disse Pedro Passos Coelho.

O presidente do PSD afirmou que, historicamente, o combate às desigualdades tem sido dececionante. “Durante muitos anos, crescemos muito pouco e não conseguimos cuidar das desigualdades que se foram formando”, disse.

O Partido Social Democrata, tal como o nome indica, tem na sua génese a preocupação com a forma de crescimento. “Temos de ter um crescimento inclusivo, que nos permita combater estas desigualdades, não colocando toda a gente com pouco mas conseguindo elevar os padrões de bem-estar salarial, de cultura e formação que permitam que no futuro as desigualdades se possam esbater ou que não tenham a dimensão intolerável que têm hoje”, afirmou o líder da oposição.

“O que está a ser feito para combater as desigualdades? Muito pouco”, acusou. Ao contrário do que foi prometido, não conseguimos ver a sociedade, a economia e as empresas a crescer mais do que cresciam em 2015. “Estamos a perder balanço, e sempre que isto acontece não ficamos melhor. A política económica e financeira que tem sido prosseguida não nos trouxe o crescimento prometido, é arriscada, e colocou-nos mais longe de outros países na Europa”, referiu.

O país precisa, e podia, estar a crescer mais, isso exige outra política. O país precisa de ser mais bem sucedido a combater desigualdades inaceitáveis, e o Governo está a fazer o contrário, com políticas que as mantêm ou ampliam.

## Conselho de Finanças Públicas é um “organismo independente”

Pedro Passos Coelho afirmou ainda que “não temos uma maioria e um governo que respeitem a liberdade da sociedade civil, as escolhas individuais ou coletivas feitas pelas instituições. Voltámos a sentir velhos tiques, de arrogância democrática, que sentimos na Assembleia da República a cada semana que passa e que são mais patentes no espaço público, com um discurso que revela intolerância e cultura democrática empobrecedora, que não gosta da crítica, que não aceita uma visão diferente, e a quem gostariam de impor a lei da rolha.”

Ainda na semana passada, a presidente do Conselho de Finanças Públicas proferiu algumas afirmações sobre a política económica e orçamental, que deviam ter merecido a reflexão do governo e do país. “A Dr. Teodora Cardoso é uma pessoa conhecida, que nunca expressou



nenhuma simpatia pelo nosso partido. Não se trata, por isso, de preferências partidárias, trata-se de saber se se trata de uma pessoa competente ou não. E é. Ajudou o país a lançar uma instituição independente. O que disse? Cuidado. Cuidado que o resultado que obtivemos em 2016 e que permitiu cumprir as metas do défice orçamental não serão repetíveis muitas vezes”, referiu o presidente do PSD.

A reação do Governo às declarações da presidente do Conselho de Finanças Públicas sobre o défice orçamental de 2016 reflete imaturidade e pouco apreço pela sociedade civil. Teodora Cardoso disse aquilo que qualquer observador independente pode constatar e que qualquer contribuinte pode recordar. O Governo levou a cabo várias medidas extraordinárias que ajudaram a que cumprisse a meta. Muitas medidas que o Governo disse que não tomaria, como o corte no investimento, no funcionamento corrente do estado e que não é repetível muitas vezes sob pena dos serviços públicos deteriorarem a qualidade.

“Sabemos que sem reformas importantes, os serviços irão deteriorar-se se o Estado cortar cegamente na despesa, e foi isso que aconteceu. O investimento público, de 2015 para 2016, caiu fortemente, e deixou de gastar na educação, saúde, apoio social muitas centenas de milhões de euros. Pode fazer isto todos os anos? Pode.

As pessoas aceitarão isso? Estou convencido que não”, alertou Passos Coelho.

A reação dos partidos da maioria foi no sentido mais negativo, “amesquinhando e ameaçando fazer uma alteração da lei para que as previsões sejam feitas de outra maneira. Quando uma instituição que é independente diz algo que quem está no Governo não gosta de ouvir, em vez de se fazer a discussão, o que se faz é o amesquinha-mento e a desqualificação das pessoas que discordam. Isto não é uma cultura democrática madura e não é de alguém que tenha uma visão tolerante do debate político. Não é característico de quem olha para a sociedade e vê instituições fortes e essenciais à democracia”, acusou.

Temos de ter uma sociedade mais autónoma e independente. “Estar em desacordo é bom em democracia, temos de saber respeitar as opiniões dos outros. Era isso que fazíamos quando estávamos no Governo, respeitar toda a gente e andar em frente. Porque é que este Governo não consegue fazer isso? Seja com Teodora Cardoso, seja com o Banco de Portugal e Carlos Costa, que falam com autonomia e independência? O contributo do PSD promover uma cultura democrática cada vez mais profunda e verdadeira, isso trará uma sociedade mais madura e evoluída. Queremos que as pessoas possam ter mais igualdade de oportunidades e escolher mais livremente o caminho”, exclamou o líder social-democrata.

Visita à 71.ª edição da Feira Agropecuária da Trofa

# Garantir a transparência dos movimentos financeiros para os paraísos fiscais



Pedro Passos Coelho criticou os “juízos precipitados” que “não estão suportados por factos”, durante a visita à 71.ª edição da Feira Agropecuária Anual da Trofa, distrito do Porto. O presidente do PSD afirmou que até poderia ter uma “posição fácil” e “acusar a administração fiscal de factos que ainda não estão completamente apurados”, mas não o faz.

“É preciso saber exatamente o que se passou. Nós nem temos de estar a defender que não se passou nada, nem temos de estar a acusar de forma infundada pessoas da administração fiscal por uma determinada falha ter ocorrido. Temos é de investigar e tirar conclusões em face ao que for aprovado e no fim, se houver responsabilidade política cá estaremos para assumir, e se houver responsabilidade técnica também. E se houver outro tipo de responsabilidades que caiba ao Ministério Público aguardaremos que o Ministério Público averigue”, defendeu.

“Depois de fazer essas acusações andar à procura de desculpas esfarrapadas para fazer de conta que alguma coisa de muito grave aconteceu quando quanto mais conhecemos o assunto mais percebemos a pouca gravidade das matérias quando comparadas com as acusações”, criticou.

Pedro Passos Coelho sublinhou que “muitos anos de observação” demonstram que “na grande maioria das circunstâncias que este tipo de transferências não gera por lei grandes receitas fiscais” e que “aquelas que gera normalmente são cumpridas”.

“A ideia de que há aqui um filão enorme para o Estado e que o Estado prescindiu, é uma falácia”, disse.

O líder social-democrata referiu também a proposta de lei entregue pelo grupo parlamentar do PSD, que

quer consagrar na lei a obrigatoriedade de serem divulgados não apenas os montantes das transferências financeiras para “offshores”, mas também dados com informação desagregada relativa à origem e natureza dessas operações.

Esta proposta de lei quer garantir objetivo “garantir

mais publicidade por lei da informação relacionada com os movimentos que são feitos para esses “offshores”. É preciso que haja “detalhe” ao nível das origens e valores das transferências de forma a que “a sociedade em geral possa seguir a evolução deste tipo de movimentos”, porque, disse, “em princípio é sempre bom dar publicidade” porque “ajuda sempre à transparência”.



## Maioria desrespeita entidades independentes

Pedro Passos Coelho defendeu que “os órgãos independentes devem ser valorizados na sua independência”, sublinhando que não conhece qualquer facto que impeça o governador do Banco de Portugal de fazer o seu mandato.

O líder da oposição afirmou que Carlos Costa tem condições para fazer o seu mandato e criticou “o Governo e a maioria que o acompanha” por “amesquinhar ou mesmo ameaçar” quem se pronuncia de uma forma que “não seja simpática para o que esta quer ouvir”.

“Não conheço nenhum facto que, há luz das disposições legais, impeça o governador Carlos Costa de fazer o seu mandato. Tenho assistido ao longo de mais de um ano a ataques políticos muito fortes que são dirigidos pessoalmente ao governador e não apenas ao Banco de Portugal”, disse Pedro Passos Coelho.

“O governador tem um estatuto de independência que deve ser respeitado”, disse, afirmando ainda que “normalmente a maioria que governa o país atualmente não respeite a independência destas autoridades”.

“Não tem mostrado esse respeito e isso preocupa e julgo que é lamentável. Observamos isso em relação ao governador do Banco de Portugal e também em relação à presidente do Conselho de Finanças Públicas”, disse.

Passos Coelho considerou “indecoroso” que “vários dirigentes partidários” se proponham a “amesquinhar e desqualificar ou mesmo ameaçar com alterações legais sempre que órgãos independentes se pronunciam de uma forma que não seja simpática para aquilo que o Governo ou a maioria quer ouvir”.

“Isso é preocupante, porque em democracia temos de estar preparados para ouvir críticas. Os órgãos independentes devem ser valorizados na sua independência. O primeiro-ministro devia corrigir muito rapidamente essa atitude”, disse Pedro Passos Coelho.



# “Melhorar o SNS, torná-lo mais forte e sustentável”

Num encontro das Ordens Profissionais da Saúde sobre “O futuro do financiamento da saúde em Portugal”, na Fundação Calouste Gulbenkian, 4 de março, em Lisboa, Marco António Costa sublinhou que, para o PSD, a principal preocupação é a de saber como melhorar o acesso “das populações à proteção da saúde”.

O vice-presidente do PSD relembrou a obra que foi feita, no setor da saúde, durante o Governo liderado por Pedro Passos Coelho. Um passado que fala “por nós e pelo esforço de todos os portugueses”.

“Nos últimos anos foi desenvolvido um importante processo de saneamento económico-financeiro do Serviço Nacional de Saúde, de que a redução sustentada da dívida foi um importante vetor, como o elucida o facto de que a dívida do SNS atingia os 3,7 mil milhões de euros, em 2011, tendo a mesma sido reduzida em 2,3 mil milhões de euros, até 2015”, avançou.

Marco António Costa declarou ainda que a melhoria da eficiência do SNS e a sustentabilidade da despesa em Saúde “devem continuar a ser objetivos das políticas públicas nacionais na área social”.

Para o PSD, a importância deste setor na sociedade portuguesa é fundamental. O Partido Social Democrata quer contribuir positivamente para uma maior eficiência do SNS.

“O que se trata, com efeito, é de introduzir um efetivo planeamento estratégico nas políticas de saúde, de modo a que estas decorram cada vez menos de fatores exógenos às reais necessidades das populações ou de opções casuísticas que apenas conduzem a indesejáveis



e injustas desigualdades no acesso à saúde, mas sejam cada vez mais determinadas por uma visão prospetiva, moderna e centrada no efetivo interesse dos cidadãos”, defendeu Marco António Costa.

“Neste contexto, cabe a todos e a cada um assumir as suas responsabilidades e cumprir o seu dever: à

oposição ser responsável e construtiva e, ao Governo e aos partidos que o suportam, prosseguir políticas que reforcem o SNS”, sustentou acrescentando que “Melhorar o SNS, torná-lo mais forte e sustentável e obter ganhos de saúde para os portugueses foram sempre e continuarão a ser os nossos firmes compromissos”, concluiu o vice-presidente do PSD.

Acompanhe-nos no dia-a-dia...

PSD TV



Conferências de Imprensa,  
Transmissões em direto,  
Discursos e Intervenções políticas



Entrevistas, Opinião, História,  
Iniciativas



O dia-a-dia da atividade  
do PSD



Noticiário semanal todas  
as sextas-feiras

# Matos Rosa em Sintra

O secretário-geral do Partido Social Democrata, José Matos Rosa, e o coordenador autárquico nacional, Carlos Carreiras, estiveram num jantar autárquico do PSD de Sintra, quinta-feira, 2 de março de 2017.



# “Temos um Governo que quer ser poder e oposição ao mesmo tempo”

Na abertura do 19.º Congresso da JSD-Açores, em Ponta Delgada, dia 3, Luís Montenegro acusou o executivo da República de querer “ser Governo e oposição ao mesmo tempo”. “Nós em Portugal temos um Governo que quer ser poder e oposição ao mesmo tempo, temos um Governo que é constituído pelo Partido Socialista, que é suportado politicamente pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP e que uns dias, quando é necessário tomar as principais decisões, estão todos juntos, nos outros dias, onde é necessário mostrar algumas diferenças e circunscrever a democracia a essas diferenças, fingem que são oposição”, destacou.

O líder parlamentar do PSD acusou o Partido Socialista e o Governo de “conviverem mal com aquilo que são os poderes independentes”. “Hoje o partido socialista e o Governo, o doutor António Costa e os seus acólitos Jerónimo e Catarina convivem mal com tudo aquilo que são os poderes independentes, é curioso que a democracia portuguesa esteja muitas vezes colocada neste desafio de avaliar os seus limites quando está no poder a esquerda e aqueles que tanto apregoam os princípios democráticos que devem nortear a ética política”, afirmou.

Luís Montenegro lembrou ainda que o PSD “não abdica de ser oposição”, quer na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, quer na Assembleia da República, e que, por isso, tem como primeira linha “fiscalizar e escrutinar os que exercem o poder”.

Em ano de eleições autárquicas, o líder parlamentar do PSD salientou ainda que “as pessoas precisam” do seu partido para “salvar a democracia” e que é necessário “preparar o futuro” dos Açores e do país.



“Nós nos Açores merecemos e temos condições e capacidades para gerir muito mais do que as quatro câmaras que gerimos, é pouco para ao PSD e temos de definir isso como nossa ambição. Nós merecemos construir uma alternativa política para podermos governar a Região Autónoma quando se realizarem as próximas eleições regionais e de contribuir para esclarecer motivar e mobilizar a sociedade para podermos mudar de Go-

verno na República nas próximas eleições legislativas”, destacou.

O presidente do grupo parlamentar do PSD também não deixou de considerar que “estamos a viver uma situação política muito particular” acusando o país de estar “anestesiado” recordando que “2016 foi o ano do desinvestimento nos serviços públicos”.

## Governo deve modernizar as estruturas de segurança

O PSD destacou a necessidade de proceder à reforma e modernização dos serviços e estruturas de segurança. Fernando Negrão recordou, em reunião plenária, “acontecimentos muito recentes que causaram, e causam, óbvio alarme social” e que devem ser resolvidos.

A fuga do estabelecimento prisional de Caxias (ocorrida em 19 de fevereiro), o desaparecimento de armas policiais (vindo a público em 16 de fevereiro) e as fugas de cidadãos argelinos do Aeroporto Humberto Delgado foram situações evocadas pelo social-democrata para alertar para o facto de que há “fragilidades que urge colmatar”.

Para Fernando Negrão, “no âmbito da agenda europeia debatemo-nos com problemas de burocracia, como por exemplo no que diz respeito à morosidade na aprovação da diretiva do terrorismo”. Internamente, destaque para “o atraso já quase insuportável na criação de uma entidade única e com competências claras, sem ambiguidades que melhore a troca e a partilha de informações, reforce a cooperação internacional e invista na formação e na inovação”.

O PSD defende que “é urgente a criação do ponto de contacto único”, através do qual poderá ser possível “trocar informações no âmbito europeu”. De acordo com o deputado, estão apenas “dois países em falta, sendo Portugal um deles”.

Os sociais-democratas têm alertado para a “degradação dos serviços públicos”. Fazem-no uma vez mais e, desta vez, no que se refere à segurança. Entendem que “a segurança é um bem fundamental e central para assegurar o conjunto de direitos, liberdades e garantias” e para a vida “em democracia e em liberdade”. Não apostar nesta área resulta numa “segurança frouxa”.

Os acontecimentos que têm alarmado a sociedade nas últimas semanas são, segundo Fernando Negrão, exemplo da “ausência de organização e de falta de capacidade de gestão em serviços da maior importância”. Há, por isso, uma “necessidade urgente de modernização das estruturas que vivem assentes em antigas regras de confiança mútua e em estruturas arcaicas e insipientes”.

O PSD entende que o país não deve olhar “para a segurança como se os crimes fossem os mesmos de há décadas” e como se “não fosse também vítima de criminalidade organizada”. Há, por isso, “muitas reformas por fazer”, as quais devem ser executadas “por um governo reformista que faça o que tem de ser feito”.



# PSD pede análise dos serviços de assistência da EDP e da Galp



Os deputados social-democratas querem que os presidentes da Erse e da ASAE sejam ouvidos no parlamento sobre falhas na prestação de assistência da EDP e Galp e a existência de cláusulas abusivas nos contratos.

No dia 1, o jornal "Público" divulgou que a "EDP Funciona e Galp Comfort podem não compensar como parece", especificando que os "serviços de assistência das duas maiores comercializadoras de eletricidade e de gás são desajustados face às necessidades dos clientes, com cláusulas 'abusivas' e uma série de exclusões".

Os deputados do Grupo Parlamentar do PSD entregaram, com efeito, na comissão parlamentar de Economia, Inovação e Obras Públicas um requerimento para a audição do presidente do Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), Vítor Santos, e do presidente da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), Pedro Portugal Gaspar, para "análise e esclarecimento desta situação tornada pública".

Os deputados do PSD justificam a entrega do requerimento com o facto de estar "em causa a prestação de um serviço público, pelo qual os clientes daquelas empresas despendem um valor mensal ou anual" e com "o elevado custo da fatura energética no orçamento dos consumidores".

## Economia cresceu menos e pior do que em 2015

A economia cresceu 1,4% em 2016, de acordo com os dados hoje divulgados pelo INE, o que representa uma desaceleração face ao crescimento de 1,6% em 2015, com o investimento e as exportações a registarem comportamentos medíocres. Tal como o PSD sempre disse, o Governo PS interrompeu o crescimento de um perfil saudável para a economia.

Em 2016 foi interrompido a linha de crescimento em 2015, com base no Investimento e nas exportações, após o PIB aumentar 0,9% em 2014 e 1,6% em 2015. Na verdade, no ano passado, o investimento caiu 0,9% face a 2015, de acordo com os dados do INE. Por outro lado, as exportações de bens e serviços, apesar do bom ano turístico, desaceleraram para 4,4%, abaixo do acréscimo de 6,1% registado em 2015 e inferior à média dos últimos quatro anos.

Tal como o PSD já por várias vezes referiu, o perfil de crescimento da economia, com base na sustentação do investimento e das exportações, foi interrompido pelo Governo PS e compromete o futuro imediato da economia portuguesa.

Hoje Portugal poderia estar a crescer mais e melhor se o atual Governo optasse por manter um modelo económico assente na captação de investimento e no motor das exportações. Uma economia mais aberta impulsiona mais exportações, atrai mais investimento e promove mais e melhor emprego. Não é esta a opção do atual Governo.



# Governo não tem estratégia para as áreas protegidas



Em matéria de “Áreas Protegidas Classificadas”, discutido no parlamento, dia 2, “cada ministro foi avançando, de forma avulsa, com as suas propostas. Cada ministro tem a sua agenda. Cada ministro tem o pão na sopa”, acusou o deputado do PSD Jorge Paulo Oliveira, denunciando, ao mesmo tempo, a ausência de um envelope financeiro que acompanhe as competências a atribuir às autarquias na gestão das áreas protegidas.

Trata-se de uma desconsideração do PS pelos autar-

cas, acusa Jorge Paulo Oliveira, defendendo uma maior participação das autarquias nas decisões em matéria de “Áreas Protegidas”, sem perder de vista uma cultura de proximidade com os cidadãos.

“Investir na descentralização é investir no país. Apresentámos propostas concretas que foram chumbadas pela maioria parlamentar de esquerda”, criticou o parlamentar social-democrata, apontando como prova de desorientação e falta de estratégia, a desordem no

Executivo, com membros do Governo a pretenderem revogar medidas de outros membros do Governo.

O PSD continuará a estar na linha da frente do movimento descentralizador, diz Jorge Paulo Oliveira, concluindo que “está na hora de meter ordem na casa” para evitar a repetição de casos como a municipalização da Carris e da STCP, com desastrosas consequências para os contribuintes e utentes.

# Reino Unido não pode discriminar portugueses



O Parlamento Europeu debateu, dia 1 de março, violações dos atuais direitos de livre circulação dos cidadãos da União Europeia residentes no Reino Unido e o recurso à expulsão após seis meses.

O eurodeputado Carlos Coelho lembrou que “a liberdade de circulação e residência é um pilar fundamental da União. É a expressão maior da cidadania europeia. É o maior sucesso de e para os Europeus. É a maior conquista da Europa dos cidadãos”.

O social-democrata frisou que “para um país como Portugal, que sempre se voltou para o exterior, esta conquista reveste particular importância. A números de 2015, são mais de duzentos mil os portugueses que vivem no Reino Unido e que, enquanto cidadãos europeus, puderam beneficiar – sem serem discriminados pela sua nacionalidade – de todos os direitos acessíveis aos Ingleses”.

Carlos Coelho deixou um apelo: “Os relatos de que as autoridades britânicas estão a dificultar, por via administrativa, a residência de europeus, não pode passar impune. Por enquanto, o Reino Unido permanece um Estado-Membro de pleno direito e por isso tem de respeitar as regras comunitárias. Em nome dos Europeus, mas em particular dos milhares de portugueses que residem no Reino Unido, este Parlamento tem de velar pelo estrito respeito dos direitos dos cidadãos europeus”.

# Eliminar as discrepâncias salariais entre homens e mulheres



Pressionar para eliminar as desigualdades salariais entre homens e mulheres, através da divulgação do nome das empresas médias e grandes, prevendo-se mesmo sanções e coimas, foram propostas apresentadas, dia 3, no parlamento pelo PSD.

Divulgar o nome das empresas “é uma medida de certa pressão”, justifica Teresa Morais, vice-presidente do PSD, em conferência de imprensa, no Parlamento. “Se há empresas que praticam a desigualdade salarial sem justificação objetiva a opinião pública poderá atuar de forma a penalizá-las”, declarou a social-democrata. Mas se “a divulgação por si só é uma forma de pressão sobre as empresas”, as sanções “têm de existir”, justificou.

As propostas do PSD materializam-se num projeto de resolução, para as matérias que dependem apenas de decisão executiva do Governo, e num projeto de lei, com proposta de alteração ao Código do Trabalho.

A deputada social-democrata considera o problema das desigualdades salariais entre homens e mulheres “persistente, resistente” em Portugal.

No projeto de resolução, o PSD recomenda tornar imperativo que médias e grandes empresas privadas elaborem uma análise quantitativa e qualitativa das diferenças salariais e tenham uma estratégia de correção. Pede ao Executivo a elaboração de relatórios sobre diferenças salariais por ramo de atividade e o desenvolvimento de medidas para a contratação e promoção de estágios profissionais sem segregação sexual.

Outra das medidas é pedir que a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) intensifique ações de fiscalização para detetar diferenças salariais injustificadas, utilização de diversas ferramentas, além de publicar a



lista de empresas que não cumpram a lei no “site” da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Portugal apresenta uma discrepância salarial de 17,8%

As diferenças salariais entre mulheres e homens que desempenham idênticas funções é uma realidade, injusta e persistente, que afeta de modo generalizado muitos países pelo mundo inteiro. As disparidades salariais no mercado de trabalho variam em função dos níveis de qualificação, dos níveis de habilitações literárias e académicas, bem como da atividade económica. Na União Europeia, a média dessas desigualdades, de acordo com as últimas estatísticas disponíveis do Eurostat (dados de 2015), é de 16,3%. Portugal apresenta uma discrepância salarial de 17,8%.

O Parlamento Europeu aprovou, em 24 de maio de 2012, uma Resolução em matéria de igualdade salarial

entre homens e mulheres, com recomendações sobre a melhor forma de aplicar o princípio da igualdade salarial. Tais recomendações incluem a introdução de medidas de transparência salarial e de sistemas de avaliação e classificação profissionais não discriminatórios em função do sexo, recomendando que “deve ser exigido aos empregadores que adotem uma política de transparência relativamente à composição e estruturas dos salários, incluindo pagamentos extraordinários, bonificações e outros benefícios que constituem a remuneração”.

Além disso, a Comissão Europeia adotou, a 7 de março de 2014, uma Recomendação relativa ao reforço do princípio da igualdade salarial entre homens e mulheres, da qual constam “orientações aos Estados-Membros para os ajudar a melhorar e a tornar mais eficaz a aplicação do princípio da igualdade salarial, a fim de combater a discriminação salarial e contribuir para corrigir as disparidades salariais que persistem entre homens e mulheres”.

# PS regional “quer ser dono do regime”



O líder do PSD/Açores acusou o PS regional de “querer ser dono do regime” e não admitir que haja oposição, mas depois implementar propostas social-democratas que chumba no parlamento açoriano. “No âmbito dos documentos orçamentais que estamos a discutir, o Partido Socialista veio criticar o PSD porque iria votar contra as opções de médio prazo e o Plano e Orçamento. O Partido Socialista se calhar queria, no regime de partido único, que todos aplaudíssemos os documentos orçamentais do Partido Socialista. Isto não é democracia, isto é querer ser dono do regime e não admitir que haja controvérsia e que haja oposição”, frisou.

Duarte Freitas, que falava na sessão de encerramento do XIX Congresso Regional da JSD/Açores, em Ponta Delgada, salientou que, no passado, o PSD apresentou propostas de alteração que foram chumbadas pela maioria socialista, mas acabaram mais tarde por ser implementadas pelo Governo Regional, dando como exemplo a criação de um centro do leite e laticínios, a instalação de uma representação dos Açores em Bruxelas ou a solução para a redução das listas de espera cirúrgicas.

“Não ficamos chateados por isso. Achamos que é errado o Partido Socialista criticar as opções e as propostas só por serem do PSD, mas, se depois de as criticarem e chumbarem, quiserem aplicar e forem boas para os açorianos, nós ficamos felizes”, adiantou.

O líder regional social-democrata desafiou o PS a dizer se vai votar favoravelmente a proposta para a extinção da Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas (SPRHI), no âmbito da discussão do Plano e Orçamento para 2017.

“Deixo um repto. O Partido Socialista quer ou não reestruturar o setor público empresarial regional que nós propomos?”, questionou, defendendo a necessidade de reduzir em dezenas os cargos de administradores públicos nos Açores.

Duarte Freitas lembrou que o Tribunal de Contas recomendou, em 2016, a extinção da SPRHI, por não possuir sustentabilidade económica, estimando que a medida gerasse uma poupança na ordem de um milhão de euros. “O próprio Tribunal de Contas já disse que devia ser extinta, porque de nada serve senão para gerir dívidas e dar empregos a três ou quatro administradores públicos”, salientou.

Flávio Soares, único candidato à presidência da JSD/Açores, foi eleito neste congresso, contado com 94% de votos favoráveis à sua moção global de estratégia “Estamos Juntos Pelos Açores”.

## Orçamento regional não responde aos desafios do futuro

O PSD/Açores considera que o Plano e Orçamento da Região para 2017 e as Orientações de Médio Prazo 2017-2020 são a “cópia dos Planos e Orçamentos apresentados ao longo dos últimos anos pela governação regional socialista” e confirmam que a Via Açoriana apresentada pelo PS falhou.

Para Duarte Freitas, os documentos propostos pelo Governo regional, que serão apreciados e votados na Assembleia Legislativa dos Açores entre os próximos dias 13 a 16 de março, não refletem os desafios que se colocam à Região em sectores que carecem de uma nova abordagem como a Economia, a Saúde, a Educação, o Emprego ou a Solidariedade Social.

Prova disto, frisou o líder dos sociais-democratas, são os indicadores que pioraram nos últimos anos, como os da pobreza ou do número de dependentes do Rendimento Social de Inserção. Duarte Freitas sublinhou que a Região ocupa a posição 234 do Índice de Competi-

tividade Regional entre 263 regiões da União Europeia, uma posição abaixo daquela em que a Região ficou (228º) em 2013.

“Tínhamos um PIB ‘per capita’ de 91,2% da média nacional em 2011 e esse valor foi sucessivamente descendo até 2015, situando-se em 89% da média nacional. Isto é, em vez de nos aproximarmos da riqueza do país, afastámo-nos”, afirmou Duarte Freitas no encerramento das jornadas parlamentares do PSD/Açores, em Ponta Delgada.

Duarte Freitas anunciou que o grupo parlamentar do PSD/Açores irá votar contra o Plano e Orçamento para 2017 e no mesmo sentido em relação às Orientações de Médio Prazo 2017-2020. “Temos outras soluções, outra estratégia, que coloca o desenvolvimento dos Açores acima do mero exercício de manutenção do poder. Queremos melhor qualidade de vida para os açorianos, melhor economia e sociedade e uma melhor democracia”, justificou.

“A nossa alternativa vai muito mais além e será consolidada e declinada em todo o caminho político que temos pela frente nesta legislatura”, afirmou.

O presidente do PSD/Açores destacou algumas propostas que serão apresentadas no âmbito do debate do Plano e Orçamento da Região, como o reforço do apoio destinado aos mais carenciados e um programa para autoconstrução habitacional essencialmente direcionado à classe média.

O PSD/Açores irá propor ainda medidas para o combate ao insucesso escolar e medidas para a recuperação de listas de espera cirúrgicas, bem como o reforço dos incentivos à fixação de médicos. A qualificação da nossa oferta turística e a criação de um programa de investigação e desenvolvimento de novos produtos agrícolas são outras das propostas dos social-democratas.

# Pobreza nos Açores está a agravar-se

O PSD/Açores manifesta “preocupação” com o grande aumento do número de açorianos a depender do Rendimento Social de Inserção (RSI), tendo a Região passado a ser, em termos absolutos, a terceira região do país com mais dependentes, logo a seguir a Lisboa e Porto.

“Estes dados, tal como alguns especialistas regionais de renome denunciaram, comprovam que o governo dos Açores multiplica a pobreza”, afirmou Mónica Seidi, porta-voz do PSD regional.

A social-democrata comentava os dados mais recentes da Segurança Social, que revelam que, em janeiro último, havia nos Açores 18.729 dependentes do RSI, “ficando a Região apenas atrás de Lisboa e Porto, regiões muitíssimo mais populosas”.

“Estes números causam-nos grande preocupação. O governo regional transformou os Açores na terceira região mais pobre do país. Além disso, estes dados colocam os Açores com uma taxa relativa de dependentes do RSI que é quase quatro vezes superior à média nacional”, frisou.

Mónica Seidi salientou também que os dados da Segurança Social revelam que “houve um aumento de cerca de 1.100 beneficiários do RSI no espaço de um ano”.

“O governo regional continua a puxar a pobreza para cima nos Açores. Falta uma política de combate ao flagelo da pobreza, como o PSD/Açores tem vindo sistematicamente a denunciar”, disse.

A porta-voz social-democrata sublinhou que, “comparando o número de pessoas a depender do RSI em função do total da população, nos Açores 7,6 por cento da população dependem daquela prestação social, enquanto que a nível nacional não chega aos dois por cento”.

“Nos Açores, por cada 1000 açorianos em idade ativa, contam-se 155 a receber o RSI”, acrescentou.



## PSD/Açores desafia governo regional a quebrar silêncio sobre gestão de resíduos

O PSD/Açores desafiou a secretária regional do Ambiente a quebrar o silêncio sobre a intenção de construção de uma incineradora em São Miguel e a assumir que o governo regional “falhou no cumprimento” da sua estratégia para a gestão de resíduos. “É vergonhosa a forma como o governo regional se tem demitido das suas responsabilidades no âmbito da gestão de resíduos, tomando opções conflituantes com os pressupostos do inscrita no Plano Estratégico de Gestão de Resíduos da Região Autónoma dos Açores (PEGRA)”, afirmou Catarina Chamacame Furtado, deputada e porta-voz do PSD/Açores para o Ambiente e Energia.

“A ‘visão do governo’ foi clara, no que diz respeito às opções tecnológicas para a ilha de São Miguel, em apontar dois condicionantes para a sua seleção, nomeadamente os recursos financeiros, por parte da região e dos municípios, e o eventual interesse na incorporação de energia na rede pública fora das horas de vazio”, apontou a deputada social-democrata, acrescentando que no documento aprovado pelo executivo açoriano “não se determinou qualquer tendência de opção pela incineração como tecnologia de recurso”.

“O PEGRA deixou em aberto a solução a adotar para a valorização energética, caso viesse a ser opção na ilha de São Miguel, tendo deixado a recomendação clara da necessidade de estudar as diversas soluções para permitir uma decisão abalizada e sustentada do ponto de vista ambiental, económico e até social”, acrescentou Catarina Chamacame Furtado.

A parlamentar do PSD/Açores considerou, por isso, “indigno” que o governo regional “remeta todas as responsabilidades para os municípios micalenses no que se refere à escolha da infraestrutura tecnológica da ilha de São Miguel, cujas implicações técnicas, económico-financeiras, sociais e ambientais deveriam ter sido tidas em conta”, como refere o PEGRA, documento delineado e aprovado pelo governo regional.

Perante a “desresponsabilização e o silêncio” do executivo, a porta-voz do PSD/Açores considerou exigível ao governo regional, através da Secretaria Regional do Ambiente, que “realize todos os estudos que considere necessários por forma a dar sustentação às escolhas e decisões que venham a ser tomadas e que admita, de uma vez por todas, que falhou no cumprimento da sua visão estratégica em matéria de gestão de resíduos”.





# povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1058 • 28 FEVEREIRO 1996 • PREÇO 100\$00

Deputados do PSD denunciam

## Orçamento socialista persegue a classe média

O Orçamento de Estado para 1996, apresentado recentemente na Assembleia da República pelo Governo minoritário socialista é um Orçamento de “perseguição à classe média” acusaram, na semana passada, em Conferência de Imprensa, os deputados social-democratas Luís Filipe Menezes, Rui Rio e Manuela Ferreira Leite.

Aqueles deputados consideram que o Governo PS elegeu como “inimigos” os profissionais liberais, os professores, os funcionários públicos e os pequenos comerciantes, os quais serão “os principais mártires das medidas penalizadoras que camufladamente este diploma oculta”.

3

Na Câmara de Lisboa

## Mais uma empresa pública mais “jobs for the boys”

8

## O PSD e a revisão do Tratado da União Europeia

4

— Um artigo de António Capucho



# Levar a igualdade a sério!

Teresa Morais (\*)

O Partido Social Democrata entregou no Parlamento duas iniciativas legislativas destinadas a combater um problema crónico que afeta um conjunto muito amplo de países em todo o mundo e a que Portugal não escapa: a desigualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas funções.

O princípio da igualdade salarial está consagrado nos Tratados, na nossa Constituição e na legislação laboral. Mas isso não tem sido bastante! O anterior governo tomou medidas inovadoras que trouxeram o tema para o debate público: elaborou o I Relatório sobre Diferenciações Salariais por Ramos de Atividade, com vista a um levantamento sobre as diferenças praticadas nas diversas atividades económicas e levou-o a discussão na Concertação Social, em 2014, acompanhado de recomendações propostas aos parceiros sociais com o objetivo da eliminação dessas diferenças salariais que não tivessem justificação objetiva.

Através da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego foi disponibilizada uma ferramenta eletrónica que possibilita a medição do grau das desigualdades salariais e a identificação das situações concretas que não podem ser explicadas por fatores objetivos. Esta medida foi, aliás, identificada como exemplo de boa prática no Relatório da União Europeia sobre a igualdade entre mulheres e homens, de 2015.

A existência de estruturas de retribuição complexas e a falta de informação disponível sobre os níveis de retribuição dos trabalhadores e trabalhadoras que executam trabalho igual ou de valor igual dificultam a eliminação das diferenças salariais entre mulheres e homens.

Existem recomendações do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia que mostram o caminho a percorrer quando o básico já foi feito: introduzir transparência nas remunerações.

O Partido Social Democrata quer avançar neste processo de eliminação de diferenças salariais que penalizam as mulheres. Por isso fazemos um conjunto de recomendações a quem detém o poder executivo e até agora desperdiçou a oportunidade de combater seriamente as desigualdades mas, mais do que isso, propomos um passo à frente de tudo o que se tem feito em Portugal e na Europa: aumentar a transparência da composição das remunerações praticadas pelas grandes e médias empresas através da divulgação, por solicitação das entidades públicas competentes ou representativas dos trabalhadores, das diversas componentes, fixas e variáveis, por categoria profissional, desagregadas por sexo.

Nós levamos a igualdade a sério!

Vice-presidente do PSD



## CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



### ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almada, para reunir no próximo dia 20 de Março de 2017, (segunda-feira) pelas 21h15, na sede, sita na Rua da Liberdade nº38 - A, com a seguinte Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Apresentação, debate e aprovação das contas de 2016 e o orçamento de 2017
- 3 - Análise da situação político-partidária

### AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Amarante, para reunir no próximo dia 31 de Março de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Análise da situação política
  - 2 - Apresentação e votação das contas referentes ao exercício de 2016 e apresentação do plano de actividades para 2017
  - 3 - Dar parecer, sobre a candidatura aos órgãos au-

tárquicos locais, nos termos do artigo 53, alínea f) dos Estatutos do PSD

- 4 - Outros assuntos de interesse para o Partido.

### ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Arcos de Valdevez, para reunir no próximo dia 17 de Março de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita no Centro Comercial Norte Vez, sito na Rua Nunes de Azevedo, nº 77 cave, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Análise da situação política
  - 2 - Aprovação das contas de 2016
  - 3 - Dar parecer, de acordo com o artigo 53, nº 2, alínea f) dos Estatutos do PSD, sobre o candidato à presidência da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez nas próximas eleições Autárquicas
  - 4 - Outros assuntos de interesse.

### ARRUDA DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Arruda dos Vinhos, para reunir no próximo dia 16 de Março de 2017 (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Av. Timor Lorosae, nº 17, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- Ponto único - Dar parecer sobre a proposta da Comissão Política de Secção sobre o candidato a cabeça de lista do PSD à Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos nas eleições Autárquicas de 2017.

### AVIS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Avis, para reunir no próximo dia 29 de Março de 2017 (quarta-feira) pelas 19h30, na Rua Machado dos Santos, nº 30, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- 1 - Emissão de parecer sobre as candidaturas aos Órgãos Autárquicos, propostas pela CPS, nos termos da

alínea f), do artigo 53º dos Estatutos do Partido

- 2 - Outros assuntos

### CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cabeceiras de Basto para reunir no próximo dia 24 de Março de 2017, (sexta-feira), pelas 21h00, na sede (Quinchoso - Cabeceiras de Basto), com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- 1.- Orçamento para o ano 2017
  - 2.- Processo autárquico
  - 3.- Outros Assuntos

### ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Évora, para reunir no próximo dia 17 de Março de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Informações gerais e outros assuntos
  - 2 - Discussão e votação das contas de 2016
  - 3 - Dar parecer sobre a proposta da Comissão Política de Secção relativa à candidatura à Câmara Municipal de Évora

### FELGUEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Felgueiras, para reunir no próximo dia 18 de Março de 2017, (sábado) pelas 16h00, na sede, sita na Rua Luis de Camões, Loja rés-do-chão - Margaride, com a seguinte

- Ordem de trabalhos
- 1 - Relatório e contas da Secção
  - 2 - Dar Parecer sobre candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, nos termos da alínea f) do artigo 53º dos Estatutos do PSD
  - 3 - Outros assuntos de interesse político - partidária.

**FUNDÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Fundão, para reunir no próximo dia 31 de Março de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita no Bairro do Espírito Santo, Rua dos Restauradores, lote 10 r/c, com a seguinte

- Ordem de trabalhos  
 1 – Análise da situação política actual  
 2 – Autárquicas 2017 – listas de candidatura aos órgãos das autarquias locais

**GONDOMAR**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Gondomar, para reunir no próximo dia 16 de Março de 2017, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rampa Combatentes da Grande Guerra, 31 (S. Cosme), com a seguinte

- Ordem de trabalhos  
 1 – Apresentação, discussão e votação das contas referentes ao exercício de 2016  
 2 – Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos das Autarquias Locais, nos termos da alínea f) do artº 53 dos Estatutos do PSD

**IDANHA-A-NOVA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Idanha-a-Nova, para reunir no próximo dia 20 de Março de 2017, (segunda-feira) pelas 18h30, na sede, com a seguinte

- Ordem de trabalhos  
 1 - Informações  
 2 – Dar parecer sobre as candidaturas aos Órgãos Autárquicos para as eleições autárquicas de 2017

**LAGOS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lagos, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 31 de Março de 2017, (sexta-feira) pelas 20h00, na sede, sita na Rua Soeiro da Costa, nº 48 - 50, com a seguinte

- Ordem de trabalhos  
 1 – Rectificação das contas da secção relativas ao ano de 2016  
 2 – Estratégia para eleições autárquicas 2017  
 a) Parecer do plenário sobre a candidatura, conforme estabelecido nos Estatutos do Partido

**LEIRIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Leiria, para reunir, no próximo dia 16 de Março de 2017, (quinta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Av. Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte

- Ordem de trabalhos:  
 1 - Análise da situação político-partidária  
 2.- Aprovação das contas do ano de 2016, conforme alínea d) do nº 2 do artigo 53º dos Estatutos.

**LEIRIA / DISTRITAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Leiria, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 20 Março de 2017, pelas 20h30h, no Auditório Municipal do Bombarral, sito na Praça do Município, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:  
 1- Informações  
 2.- Aprovação de contas  
 3.- Eleições Autárquicas de 2017  
 4.- Análise da situação política e outros assuntos de interesse.

**MAÇÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mação, para reunir no próximo dia 07 de Abril de 2017, (sexta-feira) pelas 20h30, no Largo dos Bombeiros Voluntários, nº 8 - A, com a seguinte Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

**NOTA**

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral
- As urnas estão abertas das 20h30 às 23h30

**MAFRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mafra, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 17 de Março de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua do Arvoredo, Bloco B - Ericeira, com a seguinte

- Ordem de trabalhos  
 1 – Apresentação e aprovação das contas referentes ao ano de 2016  
 2 - Apresentação, e aprovação do orçamento para o ano de 2017  
 3 – Recepção a novos militantes  
 4 – Autárquicas 2017  
 5 – Outros assuntos

**MACEDO DE CAVALEIROS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Macedo de Cavaleiros, para reunir no próximo dia 20 de Março de 2017, (segunda-feira) pelas 20h30, na sede, com a seguinte

- Ordem de trabalhos  
 Ponto Único – Análise da situação política

**MURÇA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Murça, para reunir no próximo dia 21 de Março de 2017, (terça-feira) pelas 20h30, na sua Sede, sita na Praça 5 de Outubro,-Murça, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Estratégia política local
- 2 - Candidaturas Autárquicas de 2017
- 3.- Outros Assuntos

**MURTOSA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Murtosa, para reunir no próximo dia 15 de Março de 2017, (quarta-feira) pelas 21h00, no Salão da Junta de Freguesia do Bunheiro, com a seguinte

- Ordem de trabalhos  
 1 – Tomada de posse dos órgãos de Secção  
 2 – Análise da situação política nacional e local  
 3 – Outros assuntos de interesse.

**OLHÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Olhão, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 18 de Março de 2017, (sábado) pelas 15h00, na sede, sita na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 23 r/c Dtº, com a seguinte

- Ordem de trabalhos  
 1 – Aprovação das contas relativas ao exercício de 2016  
 2 – Autárquicas 2017  
 3 – Outros assuntos de interesse dos militantes

**PESO DA RÉGUA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Peso da Régua, para reunir no próximo dia 24 de Março de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Av. Dr. Manuel de Arriaga, Edf. Tabau, r/c Dtº. ;Loja B., com a seguinte

- Ordem de trabalhos  
 1 – Informações  
 2 – Eleições autárquicas 2017 – Emissão de parecer sobre candidato à Câmara Municipal de Peso da Régua, proposto pela Comissão Política de Secção, nos termos do artigo 53º, alínea f) dos Estatutos  
 3 – Outros assuntos

**PORTIMÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Portimão para reunir no próximo dia 11 de Março de 2017 (sábado) pelas 18h00, na sede, sita na Rua Infante D. Henrique, n.º 110, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:  
 Ponto único - Ratificação do candidato do PSD à Presidência da Câmara Municipal de Portimão.

**RIO MAIOR**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Rio Maior, para reunir no próximo dia 17 de Março de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Av. Paulo VI, Lote 102, com a seguinte Ordem de trabalhos

- Ponto único - Eleições Autárquicas de 2017

**SANTA MARIA DA FEIRA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Santa Maria da Feira, para reunir, no próximo dia 17 de Março de 2017, (sexta-feira) pelas 21h00, no Auditório da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira, sita Rua António Castro Corte Real, com a seguinte

- Ordem de trabalhos:  
 1 – Eleições Autárquicas 2017 – Emissão de parecer sobre os candidatos aos órgãos das Autarquias Locais, propostos pela Comissão Política nos termos da alínea f) do art.º 53º dos Estatutos do PSD.

**SEIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Seia, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 17 de Março de 2017, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Av. 1º de Maio, com a seguinte

- Ordem de trabalhos  
 1 - Informações  
 2 – Eleições Autárquicas 2017 – apresentação e emissão de parecer sobre o candidato à Câmara Municipal de Seia, proposto pela Comissão Política de Secção (nos termos do artigo 53º, alínea f) dos Estatutos)  
 3 – Outros assuntos considerados pertinentes pela Mesa

**VALPAÇOS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Valpaços, para reunir no próximo dia 20 de Março de 2017, (segunda-feira) pelas 17h45, na sede, sita na Av. 25 de Abril, com a seguinte

- Ordem de trabalhos  
 1 – Informações e análise da situação política  
 2 - Apresentação, discussão e votação do relatório e contas de 2016  
 3 – Eleições Autárquicas 2017 – Apresentação e emissão de parecer sobre o candidato à Câmara Municipal de Valpaços, proposto pela Comissão Política de Secção, nos termos do artigo 53º, alínea f) dos Estatutos  
 4 – Outros assuntos

**CONSELHO DISTRITAL DE BRAGANÇA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoco o II Conselho Distrital Ordinário da JSD de Bragança do mandato 2016-2018, para reunir no dia 18 de Março (sábado), pelas 20:30 horas, no Centro de Apoio Rural de Carrazeda de Ansiães, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Balanço da Atividade da Comissão Política Distrital;
- 3 – Autárquicas 2017;
- 4 – Outros assuntos.

**ESTA CONVOCATÓRIA PERTENCE AO POVO LIVRE  
ANTERIOR 1/3/2017**

**VALPAÇOS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Concelhia da JSD de Valpaços, para reunir no dia 1 de Abril de 2017, pelas 18 horas, na Sede do PSD Valpaços, sita na Av. 25 de Abril, n.º 22 – 1.º Dt., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia de Valpaços.

Notas:

As urnas estarão abertas das 18h00m às 20 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Vila Real ou a quem estatutariamente o substitua, na morada supra citada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

**NÚCLEO RESIDENCIAL DA JSD CERVÃES  
(VILA VERDE)**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco a Assembleia do Núcleo

Residencial da JSD de Cervães, para o dia 08 de abril de 2017, pelas 20 horas, na Sede da Junta de Freguesia, sito na Avenida Sobral Castelo, n. 2, freguesia de Dossãos, concelho de Vila Verde, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota:

O ato eleitoral decorrerá entre as 20h00m e as 22h00m.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede do PSD de Vila Verde, sita na Rua 1º de Maio, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

**ALVAIÁZERE**

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, serve a presente para convocar os militantes desta secção para o Plenário Concelhio Ordinário da JSD de Alvaiázere a ter lugar no dia 25 de Março de 2017, pelas 21h00, na sede do PSD de Alvaiázere, sita na Estrada Nª Senhora dos Covões, nº1, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Apresentação Plano de atividades;
- 3 – Análise da situação política local e nacional;
- 4 – Outras informações.

**GÓIS**

Ao abrigo dos Estatutos da JSD e demais Regulamentação aplicável, convoco Plenário Eleitoral da Concelhia de Góis das 18 horas às 19h30m, no dia 9 de abril de 2017, na Sede do PSD de Góis, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia da JSD/Góis e da Mesa do Plenário da Concelhia da JSD/Góis.

Notas:

A entrega das listas e a condução da Assembleia Eleitoral cumprirá as disposições previstas nos Estatutos da JSD e demais regulamentação aplicável, no mesmo local indicado para o Plenário Eleitoral.